



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

“HOMEM ACOMODADO, INERTE E DOMESTICADO”: A DISCIPLINA EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA E SUA INTERVENÇÃO SOCIAL DURANTE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1969-1974)

“MAN ACCOMMODATED, INERT AND DOMESTICATED”: THE DISCIPLINE MORAL AND CIVIC EDUCATION AND ITS SOCIAL INTERVENTION DURING THE BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP (1969-1974)

Davison ROCHA¹

RESUMO

O artigo discute a ditadura militar brasileira pela ótica da disciplina escolar Educação Moral e Cívica. Usamos como fonte documental para interpretar a disciplina EMC os arquivos do Serviço Nacional de Informação (SNI) produzidos no período de 1969 a 1974. Faz-se uma análise histórica através das fontes disponíveis no arquivo de repressão disponíveis no Sistema Nacional do Arquivo Nacional (SIAN). A metodologia usada foi a hermenêutica, para compreender como os agentes do Estado compreendem a disciplina a partir da moral, dos costumes e da nacionalidade pretendida para acomodar o homem brasileiro, e conseqüentemente moldar o cidadão a serviço do civismo vigente pelo decreto-lei nº 869 de 12 de setembro de 1969. Usamos as reflexões do campo da historiografia da ditadura militar em torno da história da disciplina EMC. Deste modo, a disciplina pelo olhar da ditadura militar tenta domesticar a juventude brasileira a serviço do Estado implementado após o golpe civil-militar de 1964.

Palavras-chave: Educação Moral e Cívica. História da Educação no Brasil. Serviço Nacional de Informações.

ABSTRACT

The article discusses the Brazilian military dictatorship from the perspective of the Moral and Civic Education school subject. We used as a documentary source to interpret the discipline CME the files of the National Information Service (SNI) produced in the period 1969 to 1974. A historical analysis is carried out using the sources available in the archive of repression available in the National System of the National Archive (SIAN).). The methodology used was hermeneutics, to understand how State agents understand the discipline based on morals, customs and nationality intended to accommodate the Brazilian man, and consequently mold the citizen

¹ Professor adjunto da Faculdade de Ciências da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. E-mail: davison.rocha@unifesspa.edu.br



in the service of civic spirit in force by Decree-Law No. 869 of September 12, 1969. We use reflections from the field of historiography of the military dictatorship around the history of the EMC discipline. In this way, discipline through the eyes of the military dictatorship tries to domesticate Brazilian youth at the service of the State implemented after the civil-military coup of 1964.

Keywords: Moral and Civic Education. History of Education in Brazil. National Information Service.

1 INTRODUÇÃO

No período eleitoral de 2018 o presidente Jair Bolsonaro afirma querer construir uma política educacional semelhante ao que existia no Brasil 40 ou 50 anos atrás², portanto, preconiza uma escola no tempo da ditadura militar. Uma escola antes do processo de construção da chamada constituição cidadã. Era o momento em que a disciplina Educação Moral e Cívica (EMC) estava em plena vigência no currículo escolar.

Durante uma live ocorrida no dia 20 de agosto de 2020, o presidente da república Jair Bolsonaro, juntamente com o ministro da Controladoria-Geral da República Wilson Rosário explicou um projeto de entregas de cartilhas nas escolas sobre a Educação Moral e Cívica. A proposta surgiu da Controladoria Geral da União³. O ministro Wilson Rosário destaca que o conteúdo da cartilha deveria abordar a “noção de ética, cidadania, respeito ao patrimônio público uma contribuição para as gerações futuras”⁴. Portanto, percebemos que a questão da Educação Moral e Cívica está de novo em voga no atual governo. É um debate presente no interior da sociedade brasileira.

O presente artigo faz parte do projeto de pesquisa “A educação universitária sob controle: a disciplina Estudos de Problemas Brasileiros (1969-1985) – parte I”. O projeto de pesquisa usaremos com este projeto de pesquisa observar a disciplina Estudos de Problemas Brasileiros pelas lentes do governo militar, especificamente pelo olhar do SNI (Sistema Nacional de Informações). Entender quais são os problemas brasileiros e quais as suas características específicas no pós-1968 para controlar a juventude brasileira. Queremos entender o projeto educacional dos governos militares para o ensino superior no país, pois, eles pensaram instrumentos de controle da juventude brasileira a partir do espaço universitário.

² CORREIO DO ESTADO. Eleições 2018. **Objetivo é fazer Brasil como era a 40, 50 anos atrás.** <https://correiodoestado.com.br/politica/objetivo-e-fazer-brasil-como-era-a-40-50-anos-atras-diz-bolsonaro/338706> acessado em 17 de março de 2021.

³ MARTINS, Thays. **Bolsonaro diz que governo distribuirá cartilhas nas escolas ao estilo de "educação moral e cívica"**. Correio Braziliense. Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2020/08/4869933-bolsonaro-diz-que-governo-distribuirá-cartilhas-nas-escolas-ao-estilo-de--educacao-moral-e-civica.html> acessado em 17 de março de 2021

⁴ Idem, Correio Braziliense, 2020.



O artigo encontra-se afinado com as ideias presentes dentro deste projeto de pesquisa, pois, estão inseridos dentro da discussão de disciplinas escolares propostas pelos historiadores franceses no final dos anos 1980. A metodologia usada foi a hermenêutica, para compreender como os agentes do Estado compreendem a disciplina a partir da moral, dos costumes e da nacionalidade pretendida para acomodar o homem brasileiro, e conseqüentemente moldar o cidadão a serviço do civismo vigente pelo decreto-lei nº 869 de 12 de setembro de 1969. Queremos problematizar como as disciplinas funcionam no interior de uma sociedade? Conforme as reflexões apresentadas por André Chervel (1990). Usamos também como aporte teórico-metodológico Tomaz Tadeu Silva que percebe o conhecimento escolar como artefato social e histórico estando sujeito a mudanças e flutuações no tempo e espaço social (1996, p. 79).

O nosso artigo encontra-se dentro do campo da História do Tempo Presente. Usaremos as reflexões de Marieta Ferreira (2002) e Roger Chartier (1996) para o embasamento de nossas reflexões sobre a historicidade da disciplina escolar Educação Moral e Cívica. A preocupação com esta temática de pesquisa justifica-se pela necessidade de qualificar o recorte temporal privilegiado em nossa pesquisa. Devido os limites temporais serem extensos, resolvemos dividir a história da disciplina Educação Moral e Cívica e Estudos de Problema Brasileiros em dois momentos. Portanto, o nosso artigo refere-se ao primeiro momento, é o espaço de consolidação e de construção pelo Conselho Federal de Educação (CFE), pela Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC) e pelo Ministério da Educação (1969-1974) durante a gestão do ex-ministro Jarbas Gonçalves Passarinho, que legitima a discussão de moral e civismo para todos os níveis de ensino.

Em primeiro lugar, a emergência do século XX com um novo estatuto, definido por alguns como a história do tempo presente, portanto portadora da singularidade de conviver com testemunhos vivos que sob certo aspecto condicionam o trabalho do historiador, coloca obrigatoriamente em foco os depoimentos orais. Por outro lado, o retorno do político e a revalorização do papel do sujeito estimulam o estudo dos processos de tomada de decisão (FERREIRA, 2002, p. 324).

O historiador Roger Chartier, destaca também o papel da história do tempo presente nas pesquisas históricas afirmando que,

A história do tempo presente, mais do que todas as outras, mostra que entre a ficção e a história há uma diferença fundamental, que consiste na ambição de ser um discurso verdadeiro, capaz de dizer o que realmente aconteceu. Essa vocação da história, que é ao mesmo tempo narrativa e saber, adquire especial importância quando ela se insurge contra os falsificadores e falsários de toda sorte que, manipulando o conhecimento do passado, pretendem deformar as memórias (1996, p. 217).

Desse modo, a nossa pesquisa está imersa em testemunhos vivos que sofreram sanções sejam professores, padres, diretores e vice-diretores de escolas, médicos veterinários, entre outros. Foram profissionais que tiveram suas histórias de vidas vigiadas pelo Serviço Nacional de Informações, era os olhos do regime do regime dentro dos espaços institucionais que



controlavam a ação docente. Durante os anos 1970 tiveram uma relação direta com a história desta disciplina em todos os níveis de ensino de estudo em questão.

Queremos apresentar uma leitura do passado educacional brasileiro durante a ditadura militar, especificamente no período do chamado anos de chumbo, é o momento em que ocorreu um endurecimento do regime as políticas educativas e foi o espaço social propício para a criação de disciplinas autoritárias sobre a alcunha de Educação Moral e Cívica (EMC) para todos os níveis de ensino.

O decreto-lei 869 de 12 de setembro de 1969, dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todo os graus e modalidades, dos sistemas de ensino do País⁵. Conforme o exposto em seu artigo 1^a a disciplina Educação Moral e Cívica foi instituída como disciplina e como prática educativa. Foram elencadas 8 finalidades principais a inclusão da disciplina Educação Moral e Cívica, são elas

- a) A defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) A preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) O fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) O culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
- e) O aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) A compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio político econômica do País;
- g) O preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) O culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade (BRASIL, 1969).

Evidencia as diferentes modalidades de ensino sobre o signo de Educação Moral e Cívica que estão vigente neste legislação educacional,

Art. 3º A Educação Moral e Cívica, com disciplina e prática, educativa, será ministrada com a apropriada adequação, em todos os graus e ramos de escolarização.

§ 1º Nos estabelecimentos de grau médio, além da Educação Moral e Cívica, deverá ser ministrado curso curricular de "Organização Social e Política Brasileira."

§ 2º No sistema de ensino superior, inclusive pós-graduado, a Educação Moral e Cívica será realizada, como complemento, sob a forma de Estudos de Problemas Brasileiros, sem prejuízo de outras atividade culturais visando ao mesmo objetivo (BRASIL, 1969).

A discussão sobre a implementação da disciplina Educação Moral e Cívica gerou intensos debates dentro do regime militar brasileira, conforme destaca a professora Juliana Filgueiras, durante a escrita da sua dissertação sobre A Educação Moral e Cívica e sua produção didática, nos afirma que

Essa disciplina foi criada dentro de um arcabouço político ideológico do Regime Militar,

⁵ BRASIL. Decreto-lei 869 de 12 de setembro de 1969. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decrei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html> acessado em 20 de março de 2021.



passa por diversas mudanças, mas permanece obrigatória nos currículos escolares até 1993. O Regime Militar ao criar a disciplina EMC pretendia torná-la a principal responsável pela formação política do cidadão brasileiro. Dessa maneira procurou retirar de outras disciplinas essa responsabilidade - como a História e a Geografia. A EMC deveria formar o cidadão para combater as ideias subversivas - o comunismo, e criar uma moral religiosa (FILGUEIRAS, 2006, p. 5).

Havia uma intensa propaganda pelo regime para defender a inclusão da disciplina Educação Moral e Cívica em todos os níveis de ensino, conforme noticiado no impresso O Jornal⁶. Queremos compreender como a documentação do Serviço Nacional de Informações (SNI) interpreta e problematiza a disciplina Educação Moral e Cívica durante os anos 1970. Havia uma disputa de interesses dentro do regime militar seja pelo Conselho Federal de Educação (CFE) e pela Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC) no que se refere ao currículo prescrito das disciplinas autoritárias. O Jornal do Brasil noticia que o Conselho Federal de Educação (CFE) montou uma comissão coordenadora dos currículos de Educação Moral e Cívica (EMC) em todos os níveis de ensino⁷. Cabe no entanto, ressaltar que o decreto-lei nº 869 de 12 de setembro de 1969 determinava que entre as funções da Comissão Nacional de Moral e Civismo estava a elaboração do currículo da disciplina EMC, conforme expresso na legislação educacional.

A narrativa criada pela ditadura militar para a implementação do decreto-lei nº 869 de 12 de setembro de 1969, é que vinha para suprir uma necessidade de crise moral e dos costumes pelo qual passava a sociedade brasileira. O conservadorismo estava presente na discussão da disciplina Educação Moral e Cívica, por exemplo, temos os argumentos apresentados pelo O Jornal para a construção da discussão de Moral e Civismo durante os anos 1970. Assim se apresenta,

Há um chavão popular que diz: “O povo tem o governo que merece”. E por merecer o governo que tem é que ele criou, em muita boa hora, e em caráter obrigatório em todos os níveis de ensino, a disciplina “Educação Moral e Cívica”, porque nenhuma outra era necessária e urgente, principalmente numa época em que se registra um certo afrouxamento dos costumes e que se tornava, por isso mesmo, numa perigosa incompreensão dos assuntos cívicos, por parte de elementos, felizmente em minoria de nosso povo⁸.

Era uma preocupação presente nas escolas públicas e particulares do Brasil durante o ano de 1972, refiro-me aos currículos da disciplina Educação Moral e Cívica. O Jornal Correio da Manhã evidencia em seu editorial que o Conselho Federal de Educação (CFE) definiu o seu programa curricular⁹, colocaremos em destaque o programa da disciplina EMC para o denominado curso primário,

Conteúdo Programático: Noção de Deus e de religião, partindo da natureza que cerca a criança. A família do aluno; papel social de cada membro. Distribuição equitativa de tarefas,

⁶ Jornal do Brasil. **Moral e Cívica vai ser obrigatória no comercial**. Página 10, 1º caderno, sexta-feira, 6 de fevereiro de 1970.

⁷ Jornal do Brasil. **CFE cria comissão que coordenará o civismo**. Página 5, 1º caderno, terça-feira, 10 de março de 1970.

⁸ Jornal do Brasil. **Moral e Civismo**. Página 5, Educação & Cultura, domingo, 31 de maio de 1970.

⁹ Jornal Correio da Manhã. **Conselho Federal de Educação: Moral e Cívica os programas são estes**. Rio de Janeiro, sexta-feira, 5 de fevereiro de 1971. Anexo A.



com igualdade de oportunidades para todos, e atribuição justa de recompensa. O papel da escola na comunidade. Valorização das diferentes formas de trabalho humano. Noções de autoridade e liderança. Oportunidades democráticas de desempenho de vários papéis sociais. Responsabilidade de todos na defesa de propriedade pública – o bem comum; Símbolos da Pátria; - reconhecimento da Bandeira e atitude que se deve ter no momento do seu hasteamento ou descida; cores da Bandeira e cores nacionais; - Hino Nacional. Oportunidade de exercitar suas habilidades, hábitos e atitudes necessários ao seu futuro papel cidadão.

Conteúdo Programático: Noção de caráter, através de exemplos retirados da História da vida do homem comum brasileiro. Identificação e estudos dos recursos de comunidade, objetivando a desenvolver o espírito comunitário. Serviços públicos da comunidade. Identificação dos recursos necessários à manutenção desses serviços; Noção de Imposto, Sistematização das regras de boa conduta. Elaboração de códigos pelos próprios alunos. Noção de lei. Símbolos da Pátria; Bandeira Nacional – legenda e seu significado. Disposição e significado das estrelas. O Cruzeiro do Sul, Hino Nacional – primeiras noções sobre o significado. Autores, letras e música. Hino à Bandeira (CORREIO DA MANHÃ, 1971, p. 5).

Percebemos que a legislação educacional dos anos 1970 era o pretendido pela ditadura militar, estava em consonância com os objetivos da “revolução democrática de 1964”. Não havia espaço para a crítica dentro da disciplina Educação Moral e Cívica, mas para conhecer as noções básicas do ser e do homem brasileiro. Conforme expressa Eduardo Quadros & Cristiano Santos (2019, p. 149) a educação moral e cívica deveria estabelecer a noção de o Estado deve ser forte e autoritário, capaz de impor uma ordem que afugente o caos ou uma grave crise, está acompanhada do conceito de centralização capaz de suprimir particularismos e regionalismos.

2 HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO E A DITADURA MILITAR NO BRASIL

Pensamos neste espaço fazer algumas reflexões que giram em torno dos 50 anos do golpe civil-militar brasileiro. Pensamos sua relação com o ensino de História e a produção historiográfica que surgiu desde 2014, quando houve diversos encontros, debates nos grupos de pesquisas e produção de livros que marcam a efeméride recente no golpe civil-militar brasileiro. Alguns destaques foram observados pelos historiadores e avançamos na historiografia da ditadura militar, podemos citar: o papel das universidades, a atuação do legislativo, a resistência democrática e a luta armada, o apoio da sociedade civil, a resistência da sociedade civil ao processo de modernização conservadora implementada a partir dos anos 1970. Partimos das reflexões do historiador Marcos Napolitano e a sua produção historiográfica *1964: história do regime militar brasileiro* que foi lançada em 2014, apresenta sua posição sobre o período autoritário,

Nessa visão de mundo marcada pelo anticomunismo visceral, qualquer projeto político que mobilizasse as massas trabalhadoras, ainda que a partir de reivindicações justas, poderia ser uma porta de entrada para a “subversão” comunista. A coalizão anti-reformista saiu vencedora, enquanto a coalizão reformista da esquerda foi derrotada. Entretanto, não endosso a visão de que o regime político subsequente tenha sido uma “ditadura civil-militar” ainda que tenha sido entre os seus sócios e beneficiários amplos dos setores que vinham de fora da caserna, pois os militares sempre se mantiveram no centro decisório do poder



(NAPOLITANO, 2014, p. 11).

Concordando com as reflexões expostas acima pelo historiador Marcos Napolitano, a discussão historiográfica gerava em torno de alguns debates conceituais em torno da ditadura militar brasileira (1969-1985), são vistas em torno de 3 expressões conceituais: ditadura civil-militar, ditadura militar/golpe civil-militar e ditadura empresarial-militar. Não temos o propósito de fazer uma reflexão sobre os caminhos conceituais apresentados em torno desses três conceitos, mas cabe ressaltar que concordamos com a linha de interpretação historiográfica defendida por Daniel Aarão Reis (2014), Carlos Fico (2014) que diante das pesquisas nos arquivos evidenciam o par ditadura militar/golpe civil-militar como a nomenclatura usual a ser utilizada nas pesquisas históricas.

O golpe civil-militar de 1964 esteve na onda dos revisionistas em 2014. Portanto, as pesquisas regionalizadas permitem concluir que o golpe de 1964 contou não somente com o apoio da sociedade civil, mas também uma ação efetiva de elites civis (MELO, 2012, p. 41). Podemos perceber o apoio de setores da igreja católica, ajudou na construção do movimento de massas que ficou conhecida como “Marchas Com Deus, pela Pátria e pela Família”, ocorridas em diversos estados brasileiros, foi o acontecimento decisivo para a desestabilização do governo João Goulart (NAPOLITANO, 2014, p. 65). Houve o apoio de grande parcela do editorial da imprensa ao golpe civil-militar de 1964, como o Jornal Correio da Manhã, que estampa no seu jornal nos dias 31 de março de 1964 e nos dias 1º e 2º de abril de 1964 frases emblemáticas e conhecidas pela historiografia “Basta!”, “Fora!” e “Basta e Fora”.

Essa linha interpretativa da historiografia da ditadura militar brasileira evidencia uma leitura do passado autoritário brasileiro, questiona as interpretações apresentadas pelo brasilianista René Dreifuss (1981), afirma que houve a construção de uma ditadura empresarial-militar, minimiza a atuação da sociedade civil na sua chave de leitura do processo de construção do regime ditatorial brasileiro. Confunde-se a ideia os chamados “civis” envolvidos no processo de construção da ditadura brasileira, eram os chamados empresários, os tecnocratas que assumem postos importantes nos comandos de decisão durante os anos 1960.

A partir de 1969 houve a construção de um pensamento autoritário no Brasil recente (SCHWARZ, 2019, p. 8). O debate que se quer estabelecer com a historiografia, com o uso de fontes históricas é de que o campo educacional foi o espaço privilegiado dos governos militares para construir a ideia de “Brasil Grande”, de “Ordem e Progresso”, dos slogans como “Pra Frente Brasil”, “O Brasil é feito por nós” e “Brasil, um país que vai para frente!” em tempos de Guerra Fria. A disciplina Educação Moral e Cívica serviria para “educar o povo, para que ele soubesse agir no ‘país grandioso’ que se pensou ser o Brasil” (FICO, 1997, p. 59). A ideia era construir



uma mentalidade dentro da sociedade brasileira de que era necessário combater o inimigo interno, e promover o ajustamento e a conveniência mediante os rumos da “revolução de 1964” no Brasil.

Em 2014, durante as comemorações do golpe civil-militar foi publicado o livro *50 anos da ditadura militar: capítulos sobre o ensino de História no Brasil*, as autoras Maria Auxiliadora Schmidt e Kátia Abud, procuram repensar o lugar da disciplina História no currículo da educação básica durante os tempos difíceis da ditadura militar brasileira. O enfoque recai sobre a disciplina Estudos Sociais e os impactos que sofreu o ensino de História neste contexto, elas evidenciam a perda do lugar das ciências humanas no referido contexto educacional, com a promulgação da lei nº 5.692 de 1971. Um livro memorialístico, em que diversos historiadores relatam suas experiências sobre o contexto da ditadura militar e as interferências no ensino desta disciplina escolar. Ressaltam a contaminação do conceito de Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória (NEVES, 2014, p. 29) em todos os níveis de ensino. Por outro lado, destacam a aparente contradição dentro do regime militar, refiro-me a sua fase mais agressiva e hegemônica de 1964 a 1974, quando começa a divulgar para a sociedade um discurso de exaltação patriótica com conteúdo nacionalista (TRINDADE, 2014, p. 45).

Em 2019, o decreto-lei nº 869 completou 50 anos de publicação pelo regime militar, foi lançado o livro *Educação Moral e Cívica: uma estratégia psicossocial de legitimação do poder (1964-1985)* dos autores Cristiano Alexandre dos Santos e Eduardo Gusmão de Quadros, eles usaram para a construção deste trabalho historiográfico, os seguintes documentos como fonte histórica: a legislação que regulamentou a disciplina no ano de 1969, a análise de onze livros didáticos empregados na disciplina em questão e o Manual Básico da Escola Superior de Guerra (ESG). A pesquisa apresentada refere-se ao primeiro momento de construção e legitimação da EMC pelo regime militar. No entanto, nossa tese quer ampliar as discussões, dentro do campo da história das disciplinas curriculares em tempos de ditadura militar no Brasil.

Usaremos a documentação já revisitada pela historiografia como a legislação educacional, por exemplo, mas teremos outra abordagem no que se refere a historicidade da disciplina escolar a partir das intervenções do Serviço Nacional de Informações (SNI) e suas ações regionalizadas em diversos estados da federação brasileira. A historiografia da ditadura militar apresenta discussões bastante profícuas em torno dos materiais didáticos da disciplina Educação Moral Cívica, por exemplo, podemos citar os trabalhos de Juliana Filgueiras (2006), Wilson Correia (2007), Nataly Nunes & Maria José Rezende (2008), Vanessa Abreu (2008), Djair Almeida (2009), Luís Cunha (2014), Elaine Rodrigues e Geraldo Inácio (2012) e Bruno Paviani (2014).

Os autores acima mencionados não aprofundam no referido livro a discussão sobre as resistências ao projeto de nação da ditadura militar brasileira. Entendemos que o corpo de



disciplinas reinventadas no final dos anos 1960, com as seguintes nomenclaturas: Educação Moral e Cívica (EMC), Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Estudo(s) de Problemas Brasileiros (EPB) fazem parte de uma só disciplina. Compreendemos que Educação Moral e Cívica é o nome dela como um todo, portanto, são três denominações diferentes aplicadas para níveis escolares diferentes, mas a disciplina é a mesma originária da disciplina de moral e civismo reinventada pelo decreto-lei nº 869 de 12 de setembro de 1969.

3 EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA EM TEMPOS AUTORITÁRIOS (1969-1974)

O Jornal do Brasil noticia que durante o período de férias escolares, nos anos 1970, o Ministério da Educação e Cultura comandada pelo ex-ministro da Educação e Cultura (MEC) Jarbas Passarinho (1969-1974), organizou um curso de formação de professores de Educação Moral e Cívica (EMC)¹⁰. Era um curso realizado gratuitamente e foi organizado pelo Real Gabinete Português de Leitura, destinado aos professores primário e médio, sendo coordenado pelo professor Francisco da Gama Lima, era servidor da Divisão extra escolar do MEC¹¹.

O curso teve início na biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura. O curso ocorreu no período de 16 a 20 de fevereiro de 1970, sendo a programação técnica articulada pelo coordenador do curso o professor Francisco Lima¹². Durante a abertura ocorrida no dia 16 de fevereiro de 1970, o coronel Otávio Costa, que naquela época era assessor especial de relações públicas, fez o pronunciamento da conferência intitulada “Visão geral da problemática da Educação Moral e Cívica”¹³.

A Faculdade de Direito de Sorocaba no segundo semestre de 1970 integrou ao seu curricular acadêmico a disciplina Estudo de Problemas Brasileiros¹⁴. Foi identificado que o docente da disciplina acadêmica EPB estava levando os discentes a terem conhecimento sobre a região amazônica. No dia 25 de setembro de 1970 o convidado para realizar uma palestra foi discente do médico veterinário José Roberto Macedo, fez críticas à política desenvolvimentista dos governos militares para a região amazônica. A documentação do Serviço Nacional de Informações (SNI) demonstra que a disciplina Educação Moral e Cívica possuía afinidades com a disciplina acadêmica Estudo de Problemas Brasileiros, pois, partem da mesma legislação

¹⁰ JORNAL DO BRASIL. MEC dá cursos para mestres. Educação & Cultura. Página 10, 1º caderno, sábado, 1º de janeiro de 1970.

¹¹ Idem, 1970, p. 10.

¹² JORNAL DO BRASIL. Já iniciados cursos para professores. Página 5, 1º caderno, terça-feira, 17 de fevereiro de 1970.

¹³ Idem, 1970, p. 5.

¹⁴ Educação Moral e Cívica (Problemas Brasileiros). Informe. São Paulo, 30 de setembro de 1970. Documento nº 06377. Confidencial. Anexo “C”.



educacional para debater as questões de moral e civismo para diversos níveis de ensino no país durante os anos 1970. Por isso, estão sendo trabalhadas e vistas de forma integrada neste artigo.

Todo brasileiro precisa ter um contador Geyger e aproveitar seus pic-nics para pesquisar urânio; quando derrubaram a mata para abrir a floresta amazônica surgiram sérios problemas para a floresta, pois, que as árvores da Amazônia só estão de pé por estarem encostadas umas nas outras: única solução: plantar gramínea e encher de bois. (...) Que embora não pudesse revelar, coisas de que tomou conhecimento na Escola Superior de Guerra. O Governo teve que tomar imediatamente as providências para a integração da Amazônia, porque outros diversos países estão de olho nela. E o que é de pasmar, não somente nas grandes potências: até mesmo o Peru já tem planos para a ocupação da Amazônia¹⁵.

O II exército em sua segunda sessão pertencente ao Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi), em caráter reservado e confidencial, apresenta evidências de que Áurea Monterello Lopes no dia 1º de dezembro de 1971, prestou declarações ao Doi-Codi paulista¹⁶ no horário da manhã. O documento evidencia que não pertencia a nenhuma organização esquerdista. Aurea Lopes era servidora municipal e inspetora de alunos trabalhando no Ginásio Estadual do Mar em São Bernardo do Campo. A servidora foi levar o seu depoimento ao DOI-SP, depois desta sessão paulista receber queixas de irregularidades existentes no Ginásio Estadual do Mar, teria presenciado as irregularidades e não tomaria as providências cabíveis¹⁷.

Durante o ano corrente de 1971 foi verificado nos corredores do Ginásio Estadual Jardim do Mar vários escritos do nome Lamarca¹⁸, apanhou os papéis presos nos pavimentos do Ginásio Estadual e entregou a diretora substituta, Tereza Aparecida Rocha Furioni, a depoente diante do interrogatório afirmou não ter tomado nenhuma providência é que não deveria ter ligado para este evento no interior do Ginásio Estadual.

O depoimento destaca que dias depois deste acontecimento houve a morte de Carlos Lamarca¹⁹, e que se atentou para a escritura na parede do Ginásio Estadual do Mar em “letras garrafais”. Após o ocorrido, ficou sabendo que houve uma panfletagem na frente do Ginásio Estadual por volta do ano de 1969, onde teve a participação da servidora Neusa Ângaro Roncolato. Houve conhecimento do Doi-Codi paulista que a diretora substituta Tereza Aparecida Furioni fazia críticas ao regime militar brasileiro, atacando a classe militar e o governo, sendo vistos como ladrões²⁰. Durante o seu depoimento na Doi-Codi paulista Aurea Lopes

¹⁵ Idem, 1970, p. 1.

¹⁶ **Declarações que presta Áurea Monterello Lopes.** Turma de interrogatório preliminar “C” das 10:30 às 12:15 no dia 1º de dezembro de 1971. Documento Confidencial. Reservado. Número 08634. II Exército. 2ª seção. Doi-Codi. Anexo “B”.

¹⁷ Idem, 1971, p. 1.

¹⁸ Idem, 1971, p. 1.

¹⁹ Carlos Lamarca foi um militar desertor e guerrilheiro, ele foi um dos líderes da luta armada contra a ditadura militar no Brasil.

²⁰ Idem, 1971, p. 2.



destaca a existência de outros problemas no interior do Ginásio Estadual, como: depredações do prédio, suspeita de penetração de tóxicos e namoros escandalosos²¹.

A agência de Fortaleza do Serviço Nacional de Informações (SNI), informou no dia 10 de agosto de 1971, que a disciplina Educação Moral e Cívica (EMC) em determinados estabelecimentos ensino desta cidade, vem sendo desvirtuada do Programa Geral elaborado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE)²². As críticas feitas ao ensino da disciplina EMC são programadas gincanas, e são promovidas tarefas que induzem os alunos a convidar pessoas para o pronunciamento de palestra sobre vários temas, com alguns convidados que não possuem afinidades com o tema debatido. Os temas debatidos foram a educação sexual com uma discente de Medicina, e um investigador da polícia que debateu sobre os tóxicos. As atividades programadas para os alunos da disciplina da Educação Moral e Cívica (EMC) são elaborados questionários para entrevistarem autoridades com questões como: “esquadrão da morte é grupo terrorista?”²³.

A Comissão Nacional de Moral e Civismo destaca alguns argumentos sobre a disciplina Educação Moral e Cívica no estado de São Paulo, evidenciam no documento do Serviço Nacional de Informações (SNI) que foi realizado um levantamento nos diversos níveis de ensino referente ao ensino de forma direta e indiretamente desta disciplina escolar no estado de São Paulo. Alguns fatores foram evidenciados na secretaria do estado de São Paulo: (a) a falta de professores habilitados para lecionar a disciplina Educação Moral e Cívica; (b) as dimensões da rede escolar paulista dificultam a fiscalização da secretaria estadual de educação paulista; (c) a infiltração de elementos considerados subversivos ao ideal revolucionário no corpo docente estadual²⁴.

A disciplina Educação Moral e Cívica era lecionada no estado de São Paulo pela falta de profissionais habilitados, estava amparada no decreto-lei nº 869 de 12 de setembro de 1969, que em seu artigo 7º no parágrafo 6º afirma que na ausência de professores formados ou habilitados os diretores escolares podem assumir esta função disciplinar. No entanto, percebe-se que durante os anos 1970 havia um problema a ser resolvido: a falta de formação de professores alinhados com os objetivos da disciplina Educação Moral e Cívica.

O documento do SNI destaca que o padre Hugo Assman fez diversas críticas a disciplina Educação Moral e Cívica (EMC), ele afirma que as “Equipes Docentes” encarregadas de ministrar a disciplina EMC na cidade paulista eram integrantes das “Equipes Docentes de América Latina – EDAL” de cunho marxista, estavam encarregadas de fazer críticas ao atual

²¹ Idem, 1971, p. 2.

²² **Educação Moral e Cívica**. Serviço Nacional de Informações. Agência de Fortaleza. 10 de agosto de 1971. Informação nº 16171/SNI/AFZ.

²³ Idem, 1971, p. 1.

²⁴ **Comissão Nacional de Moral e Civismo e a disciplina Moral e Cívica**. Serviço Nacional de Informações. Agência Regional de São Paulo. Informação nº 006096/SNI/ASP. 07 de janeiro de 1972. Confidencial.



regime vigente no Brasil²⁵.

O Serviço Nacional de Informações (SNI) evidencia que a atuação do clero brasileiro a partir da Ação Católica Rural (ACR), teve-se a apreensão de documentos considerados subversivos²⁶. Foi apreendida no estado do Ceará na cidade de Fortaleza. Estava sobre a posse do padre Daniel Jouffe que foi preso. Era o representante das Equipes Docentes para a América Latina.

Os documentos apreendidos pela Divisão de Informações de Segurança (DISA) foram os seguintes: O Jornal “O Círculo” – ano II – nº 10; Cartas do padre Leborgn (apreendidas por ocasião do seu embarque para a França); Depoimentos do Padre Geraldo de Oliveira Lima; Panfletos distribuídos em diversas igrejas e/ou colados em quadros de avisos das igrejas. Foi publicado no jornal francês IDOC, o artigo do padre Hugo Assman, onde fazia crítica a disciplina Educação Moral e Cívica²⁷, assim, foi reproduzido no Jornal “O Círculo” de forma resumida. A ideia impressa no jornal O Círculo era de que a disciplina EMC queria impingir no estudante brasileiro através do governo um homem com as seguintes características: acomodado, inerte e domesticado²⁸. A integração que a disciplina EMC promovia era a união entre Religião e Governo, o que os padres católicos afirmam ser o elemento central de domesticação do “apoio ao povo”, como forma de apresentar um Deus funcional em benefício para manter o status-quo do regime vigente no país.

Os padres eram vistos pelos olhos do regime militar como inovadores, segundo o documento da DISA. Os religiosos possuíam uma orientação claramente comunista, revolucionária e sem distinções hierárquicas, que tinham como objetivo central a conscientização do cidadão comum e organizá-los em “comunidades de bases”, além de fazer discussões que preconizavam a “revolução libertadora” dentro da realidade social. Os padres inovadores eram adeptos da união nacional e internacional de todas as forças populares, que se levantassem com a ditadura militar vigente no Brasil e de lutar contra o imperialismo capitalista em tempos de Guerra Fria.

Portanto, os padres inovadores acreditavam em um Deus considerado diferente, e por isso, deveriam ser constantemente vigiados pelo regime militar. Era visto de forma negativa, caracterizado como um “Deus que permite obscenidade, o uso de entorpecentes, que exalta a

²⁵ Idem, 1972, p. 3.

²⁶ **Análise preliminar de documentos subversivos.** Informação nº 665/DSEG-4. Ministério da Aeronáutica. Quarta Zona Aérea. Quartel General. Divisão de Segurança. 6 de setembro de 1971. Número do documento 5400. Serviço Nacional de Informações. Confidencial.

²⁷ Idem, 1971, p. 2.

²⁸ Idem, 1971, p. 2.



pederastia, enfim todas as anomalias e desregramento da moral humana”²⁹. A Educação Moral e Cívica deveria ser vista como um obstáculo para o avanço das doutrinas comunistas na América Latina e especificamente no Brasil, pois, suas ações estavam alinhadas as pretendidas pelo Movimento Comunista Internacional (MCI), pois domesticava o homem brasileiro. A função dos padres que integram as Equipes Docentes na América Latina era de fazer uma frente ampla de resistência à disciplina EMC e de realizar críticas à ditadura militar brasileira. Com isso, evidenciam na documentação da DISA, a existência de vários padres considerados subversivos, estavam infiltrados nas questões educacionais, trabalhando de forma ativa contra o governo³⁰.

No dia 10 de março de 1972 o gabinete do ministro da Ministério da Aeronáutica – CISA – destaca a atuação de Luiz Carlos Siqueira Manhães que possuía o codinome de “Raul”, era um militante da organização subversiva “*Política Operária*”, durante o seu depoimento declarou que sua noiva Maria Luiza Pires de Souza que possuía o codinome “Marta”, que era ligada a mesma organização subversiva, estudante da Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), também era professora de Educação Moral e Cívica da Cooperativa da Central do Brasil³¹.

No dia 15 de março de 1972, a agência de Manaus, através do Serviço Nacional de Informações (SNI) evidencia o estado atual da disciplina Educação Moral e Cívica (EMC) no estado do Amazonas³². A professora da disciplina de Educação Moral e Cívica Martha do Nascimento Ferreira foi indiciada através do Processo da Comissão Estadual de Investigações – CEI³³. A professora Martha Ferreira foi ex-prefeita da cidade de Marmelos, sendo processada por haver praticado atos de improbidade administrativa. No entanto, a ex-prefeita não foi punida em relação ao ato de improbidade administrativa. Na documentação do SNI consta que foi nomeada professora da disciplina Educação Moral e Cívica³⁴ pelo secretário de Estado de Educação e Cultura, e presidente da Fundação Educacional do Amazonas José Maria Cabral Marques, funções atribuídas pela portaria número 145 de 18 de maio de 1973. A professora Marta Nascimento lecionado EMC para as últimas quatro séries do ensino de 1º Grau do Ginásio Estadual “Pedro Aguirre”, localizado no município de Manicoré³⁵. As conclusões da agência

²⁹ Idem, 1971, p. 2.

³⁰ Idem, 1971, p. 2.

³¹ **Maria Luiza Pires de Souza**. Ministério da Aeronáutica. Gabinete do Ministro. Serviço Nacional de Informações. Informação nº 0082/CISA/ESC/RCD. Número de documento: 04975. 10 de março de 1972. CISA. Confidencial

³² **Educação Moral e Cívica**. Informação nº 041/SNI/AMA/1972. Serviço Nacional de Informações. Agência de Manaus. Confidencial. 15 de março de 1972. Número do documento: 005644. Confidencial.

³³ **Informação** nº 219/AMA/70 de 28 de agosto de 1970.

³⁴ **Fatores adversos ao desenvolvimento dos valores espirituais e morais da nacionalidade. Disciplina Educação Moral e Cívica. Marta Ferreira do Nascimento**. Informação nº 0648/19/AMA/1974. Serviço Nacional de Informações. Agência de Manaus. Número 3374. Confidencial.

³⁵ Idem, p. 1974, p. 1.



regional de Manaus determinam que a professora Marta Nascimento não tinha condições de lecionar a disciplina EMC, portanto, deveria ser exonerada do cargo de docente da referida escola de 1º Grau.

Foram identificados os seguintes professores com antecedentes negativos, como o padre Francisco da Silveira Neto³⁶. Era superintendente da “Juventude Operária Católica – JOC”, e foi coordenador da “Juventude Estudantil Católica – JEC” na cidade de Manaus durante o golpe civil-militar de 1964. Tornou-se admirador de Dom Helder Câmara e fazia parte da chamada ala progressista da igreja católica.

Sebastião Gonçalves Guimarães³⁷ foi identificado como elemento de ideologia esquerdista. Era funcionário da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Amazonas, participou da campanha em prol da eleição do atual secretário Vinícius Câmara, participou do processo eleitoral do então secretário ocorrido em novembro de 1970.

Domingos Sávio de Ramos Lima³⁸ era apontado como um elemento de atividade ideológica, que não foi especificada pelo SNI, sabe-se que não possuía orientação ideológica esquerdista ou comunista, nem que vem atuando em prol de células marxistas. A delegacia regional do Amazonas destaca que o Departamento da Política Federal³⁹ evidencia que Onesmo Gomes de Souza⁴⁰ era considerado um elemento comunista, mantinha ligações com Almino Álvaro Afonso no estado do Amazonas antes da “revolução democrática de 1964”, participando do “Seminário de Estudos Amazônicos” em que possuíam integrantes da juventude socialista amazonense.

No dia 21 de abril de 1971 Onesmo Souza foi denunciado pelo Ministério Público, era na época membro do conselho fiscal da Tv Educativa do Estado do Amazonas, cometendo atos ilícitos conforme esta denúncia⁴¹. O documento apresenta um anexo com a relação nominal dos 123 professores que lecionam a disciplina Educação Moral e Cívica no estado do Amazonas.

O professor da disciplina Educação Moral e Cívica, o padre Manoel Pacífico da Costa⁴², foi afastado das atividades docentes por proferir aulas suspeitas na cidade de Manaus. A Agência Manaus do Serviço Nacional de Informações destaca que realizava reuniões clandestinas consideradas de cunho subversivo⁴³. No entanto, no momento da apuração dos fatos não foram

³⁶ Informação nº 025/SNI/AMA/71 de 15 de fevereiro de 1971.

³⁷ Informação nº 141 e 005/SNI/AMA/71 de 31 de maio de 1971 e 13 de janeiro de 1971.

³⁸ Informação nº 044/E2/1971/CMA de 15 de fevereiro de 1971.

³⁹ Informação nº 41/71-DR/AM/PS/SOPA de 24 de junho de 1971.

⁴⁰ Informação nº 124/SNI/AMA/71 de 25 de maio de 1971.

⁴¹ Idem, 1971, p. 2.

⁴² Informação nº 297/SNI/AMA/71 de 16 de setembro de 1971.

⁴³ Educação Moral e Cívica. Informação nº 089/SNI/AMA/1972. Número do documento: 52475. Serviço Nacional de Informações. Agência Manaus. Confidencial.



apresentadas informações concretas sobre as ações desenvolvidas pelo padre Manoel Pacífico da Costa.

No dia 3 de maio de 1972, a agência de São Paulo através do Serviço Nacional de Informações, informa que estava em fase de instalação na Escola de Educação Física, localizado na cidade de Santos (SP), um curso de *Educação Moral e Cívica e Estudos de Problemas Brasileiros*⁴⁴. O currículo estava sendo apreciado pelo Conselho Federal de Educação (CFE) que futuramente irá originar o projeto na Faculdade de Educação Moral e Cívica⁴⁵. A proposta do curso de Educação Moral e Cívica foi do ex-deputado cassado Raul Schwinden, foi um dos fundadores da Escola de Educação Física, localizada na cidade de Santos (SP), sendo ligado a movimento de esquerda na capital paulista, dentro de suas atuações como professor ou como deputado estadual pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB)⁴⁶. Teve seu mandato cassado e suspenso os direitos políticos por dez anos, em decisão tomada pelo Conselho de Segurança Nacional, no dia 29 de dezembro de 1969.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se ao longo deste artigo discutir a ditadura militar brasileira pela ótica da disciplina escolar Educação Moral e Cívica. Usamos como fonte documental para interpretar a disciplina EMC os arquivos do Serviço Nacional de Informação (SNI) produzidos no período de 1969 a 1974. O controle de pensamento, a liberdade de expressão e o apego extremo à religião, são elementos fundamentais para a construção de disciplinas autoritárias. Em tempos de Guerra Fria construiu-se uma verdadeira “caça às bruxas” no interior das escolas brasileiras, desde estudantes, diretores e professores que não estavam alinhados às políticas educativas e a ideologia da revolução “democrática de 1964”, foram perseguidos e atacados pelo regime.

Os usos do passado no tempo presente fazem com que as mesmas estratégias e formas de controle social empregadas durante os anos 1970 voltem aos tempos atuais. O candidato a presidente Jair Bolsonaro durante a campanha presidencial de 2018, por exemplo, prega e incentiva a morte de opositores como o ocorrido durante sua passagem pela cidade do Acre⁴⁷ afirmando que iria “fuzilar a petralhada”, o mesmo que ocorria com a construção dos Doi-Codi

⁴⁴ **Comissão Nacional de Moral e Civismo.** Agência de São Paulo. Serviço Nacional de Informações. Informação nº 147826/72/ASP/SNI. Número de documento: 00875. Confidencial.

⁴⁵ Idem, 1972, p. 1.

⁴⁶ Idem, 1972, p. 1.

⁴⁷ REVISTA VEJA. Set/2018: "Vamos fuzilar a petralhada", diz Bolsonaro em campanha no Acre. <https://exame.com/brasil/vamos-fuzilar-a-petralhada-diz-bolsonaro-em-campanha-no-acre/> acessado em 03 dezembro de 2022.



durante os anos 1970. O espaço da crítica no passado e no presente são espaços para exterminar do cenário público opiniões e críticas ao regime militar e ao pensamento conservador pelo então candidato à presidente da república Jair Bolsonaro.

Percebemos que a disciplina Educação Moral e Cívica estava profundamente conectada com as Marchas com Deus, pela Pátria e pela Família, que se intensificaram no início dos anos 1960. Era o predomínio do conversadorismo religioso católico. Os padres católicos aliados ao regime política de 1964 estavam pensando a educação em postos chaves durante os anos 1970, possuíam vez e voz na Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC), no Ministério da Educação e Cultura (MEC) e até mesmo no Conselho Federal de Educação (CFE).

A disciplina Educação Moral e Cívica estava alicerçada dentro da estratégia de legitimação do poder, percebemos que havia um jogo do poder para o aparelho educacional no pós-1968, era visto através da propaganda nos meios de comunicação, o uso de filmes e a música, foram as formas encontradas pelo Estado para persuadir a opinião público a ser a favor do regime ditatorial.

A narrativa criada pelos jornais e pela ditadura militar era de que a Educação Moral e Cívica estava em crise, foi necessário convencer a opinião pública para que a reinvenção da disciplina pudesse voltar ao currículo escolar. O preço foi alto, as disciplinas História e Geografia sumiram do currículo, e com isso o debate acadêmico e escolar ficou-se fragmentado, compartimentalizado dentro do regime em construção.

O caminho encontrado pelos golpistas no poder foi a apropriação da disciplina Educação por meio da disciplina Educação Moral e Cívica em todos os níveis de ensino. O retorno da discussão nacionalista no currículo foi espaço para que o conservadorismo pudesse consolidar na sociedade brasileira os costumes, os valores da revolução democrática de 1964, o viés religioso e nacionalista pretendido pelo regime. Deste modo, a disciplina pelo olhar da ditadura militar tenta domesticar a juventude brasileira a serviço do Estado implementado após o golpe civil-militar de 1964.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Vanessa. **A educação moral e cívica: disciplina escolar e doutrina disciplinar** - Minas Gerais (1969-1993). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2008.
- ABUD, Kátia; SCHMIDT, Maria. **50 anos da ditadura militar: capítulos sobre o ensino de História no Brasil**. Curitiba: W&A Editores, 2014.
- ALMEIDA, Djair. **Educação Moral e Cívica na ditadura militar: Um estudo dos manuais didáticos**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos, 2009.



CORREIA, Wilson Francisco. A educação moral e cívica do regime militar brasileiro, 1964-1985: a filosofia do controle e o controle da filosofia. **Revista Científica**, vol. 9, núm. 2, julho-dezembro, 2007, pp. 489-500.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: Amado, Janaína; Ferreira, Marieta. **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. [8ª edição].

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre o campo de pesquisa. **Revista Teoria & Educação**, 2, p. 177-229.

CUNHA, Luís. O legado da ditadura para a educação brasileira. **Revista Educação & Sociedade**, vol. 35, nº 127, Campinas, apr./june, 2014.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981.

FERREIRA, Marieta. História, tempo presente e história oral. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, dezembro de 2002, pp. 314-332.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo brasileiro: ditadura, propaganda e imaginário social**. Rio de Janeiro: editora FGV, 1997.

FILGUEIRAS, Juliana. **A disciplina Educação Moral e Cívica e sua produção didática: 1969-1993**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2006.

FILHO, Geraldo; RODRIGUES, Elaine. Educação moral e cívica e ensino de história, aportes disciplinares de formação: um estudo comparado. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 12, n. 45, p. 139–152, 2012. DOI: 10.20396/rho.v12i45.8640142. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640142>. Acesso em: 21 mar. 2021.

MELO, Demian. Ditadura “civil-militar”?: Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. Espaço **Plural**, ano XIII, nº 27, 2º semestre 2012, p. 39-53.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: a história do regime militar brasileiro**. São Paulo: editora Cortez, 2014.

NEVES, Joana. O ensino de História nos 50 anos do golpe militar – estudos sociais sob a ditadura. In: Abud, Kátia; Schmidt, Maria. **50 anos da ditadura militar: capítulos sobre o ensino de História no Brasil**. Curitiba: W&A Editores, 2014.

NUNES, Nataly; REZENDE, Maria. O ensino da educação moral e cívica durante a ditadura militar. **III Simpósio de Lutas Sociais na América Latina**, Londrina, 2008.

PAVIANI, Bruno. Educação Moral e Cívica na ditadura militar brasileira: uma tentativa de legitimação do poder. **Anais do XV Encontro de História, “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”**. 11 a 14 de agosto de 2014, UFSC, Florianópolis.

SANTOS, Cristiano Alexandre; QUADROS, Eduardo Gusmão de. **Educação moral e cívica:**



uma estratégia de legitimação do poder (1969-1985). Goiânia: editora espaço acadêmico, 2019.

SCHWARCZ, Lilia. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: editora: companhia das letras, 20019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais**: as transformações na política e na pedagogia. Petrópolis: editora Vozes, 1996.

TRINDADE, Judite. A História sumiu: o ensino de Estudos Sociais durante a Ditadura Militar. In: Abud, Kátia; Schmidt, Maria. **50 anos da ditadura militar**: capítulos sobre o ensino de História no Brasil. Curitiba: W&A Editores, 2014.